

Senadores boicotam projeto que beneficia SP

ACM, Barbalho e Amin evitam autorização para Estado emitir títulos e saldar dívidas judiciais

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — Os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Esperidião Amin (PPB-SC) impediram ontem a votação de um projeto que autoriza o governo de São Paulo a emitir R\$ 705 milhões em títulos do Tesouro Estadual para pagar dívidas judiciais. O boicote ao projeto foi uma resposta à decisão do governo paulista de sobretaxar produtos que tenham pago menos imposto em outros Estados.

O governo paulista enfrenta no Supremo Tribunal Federal (STF) 150 pedidos de intervenção federal por não ter pago dívidas judiciais no valor total de R\$ 10 milhões. O governador Mário Covas (PSDB) diz não ter dinheiro para pagar os débitos — indenizações a proprietários de imóveis desapropriados pelo Estado e funcionários públicos.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PSL-SP), que argumentaram a favor do projeto no Senado, acabaram concordando com o adiamento da votação. "Os líderes nos convenceram que, se houvesse votação, o projeto seria derrotado", explicou Tuma. É a segunda vez que o projeto vai ao plenário e é retirado da pauta.

AMEAÇA DE DESPEJO		
Os Estados que enfrentam no STF pedidos de intervenção federal*		
Estado	Número de pedidos	Motivo
São Paulo	150	Falta de pagamento de dívidas judiciais
Alagoas	2	Atraso no repasse de verbas do orçamento para a Justiça Estadual
Paraná	2	Falta de pagamento de dívidas judiciais
Piauí	1	Falta de pagamento de dívidas judiciais
Rio Grande do Sul	1	Falta de pagamento de dívidas judiciais
Goiás	1	Recusa em cumprir decisão judicial por discordar de valores fixados pela Justiça para seus próprios gastos
Total	157	

Fonte: Supremo Tribunal Federal * Pedidos que chegaram ao Supremo entre outubro de 1995 e julho de 1996 e ainda não tiveram desfecho.

A revolta dos senadores contra o projeto tem várias razões. A mais difundida é o protesto contra decisão do governo paulista de sobretaxar os produtos de outros Estados. Suplicy também vê motivos eleitorais: "Pelo que constato, o senador Amin não quer que o governo de São Paulo receba dinheiro no momento em que um candidato de seu partido, o PPB, está disputando uma eleição na Capital."

O senador Antônio Carlos Magalhães afirmou que há aspectos inconstitucionais do projeto. O governo estadual quer usar parte dos títulos, por exemplo, para pagar dívidas

de processos que ainda não foram julgados em última instância.

Um dos pedidos de intervenção em São Paulo pode ser incluído na pauta do Supremo até o início de setembro, junto com um pedido de intervenção em Alagoas. "Não há mais solução, a não ser ir para o plenário", disse ontem um dos ministros do STF.

No final do ano passado o presidente do Supremo, ministro Sepúlveda

Pertence, chamou Covas duas vezes para negociar soluções que impedissem o andamento dos processos de intervenção. Covas disse que não tinha como cumprir as determinações

judiciais e pagar as dívidas.

O pedido de intervenção em Alagoas foi feito porque o Estado não vem repassando as verbas reservadas no Orçamento ao Judiciário e porque os salários do funcionalismo estão atrasados há quatro meses. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, já deu parecer favorável à intervenção em Alagoas.

Contra o governo de São Paulo, o pedido de intervenção em estágio mais adiantado é o de Francisco Capuano, que cobra uma dívida não paga pelo ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho. Brindeiro também se manifestou a favor da intervenção nesse caso. Dos 157 pedidos de intervenção que tramitam no Supremo, 150 são contra São Paulo.

■ Colaborou João Domingos

ATO É REVIDE A SOBRETAXA COBRADA POR PAULISTAS